

Termo de Referência 147/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
147/2024	153173-FNDE-MEC-FUNDO NAC.DE DESENV.DA EDUCACAO/DF	DELSON PEREIRA DA SILVA	11/12/2024 16:22 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23034.038486/2024-42

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para atualização tecnológica dos espaços de trabalho do FNDE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1:			Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para atualização tecnológica dos espaços de trabalho do FNDE			
ITEM	CATMAT	GND	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	603082	44.90.52-35	Tela Digital Interativa (Tela Interativa de Grande Formato - LIFD) 65 polegadas	06 (seis)	R\$7.410,00	R\$44.460,00
2	619778	44.90.52-35	Barra de vídeo multifuncional para videoconferência	06 (seis)	R\$1.490,00	R\$8.940,00
3	440646	44.90.52-35	Suporte de Chão tipo Pedestal com ajuste elétrico de altura	06 (seis)	R\$1.000,00	R\$6.000,00
Custo Global Estimado: R\$59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)						

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses** contados do(a) assinatura da NOTA DE EMPENHO (ou de outro instrumento hábil que a substitua), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Este TERMO DE REFERÊNCIA e a NOTE DE EMPENHO contém o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada na NOTA TÉCNICA nº 4483295/2024/DIRTI, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 00378257000181-0-000001/2024

Data de publicação no PNCP: 02/12/2024

Id do item no PCA: 196

Classe/Grupo: 7110

Identificador da Futura Contratação: 153173-122/2024

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada neste Termo de Referência, conforme descrita nos itens a seguir.

3.2 A demanda envolve a modernização de recursos tecnológicos para salas de reunião localizadas no Edifício Sede do FNDE - substituindo os atuais conjuntos compostos por televisores e webcams convencionais por equipamentos mais apropriados para realização de webconferências e atividades interativas, incluindo:

- a) Tela digital interativa touchscreen com dimensão diagonal de 65 polegadas, com sistema operacional embarcado com suporte a instalação de aplicativos de webconferência (incluindo Microsoft Teams) e realização de atividades interativas;
- b) Barra de vídeo multifuncional com maior área de cobertura de área, qualidade de imagem aprimorada, microfones de longo alcance integrados e autôfalantes integrados; e
- c) Suporte tipo pedestal para fixação da tela com comandos elétricos de ajuste de altura, adequado ao peso e dimensões da tela interativa.

3.3 As telas interativas (ou Telas Interativas de Grande Formato - LIFD) são telas grandes (maiores do que a de celulares ou tablets), que servem para o uso interativo a partir de um display tátil - tecnologia que possibilita a operação da tela através do toque (funcionalidade também conhecida como touchscreen). Ou seja, são telas multifuncionais sensíveis ao toque com funcionalidades determinadas por uma interface específica semelhantes à de um PC e/ou de um dispositivo Android, que podem ser utilizadas para diversas finalidades – sendo cada vez mais comum seu uso em ambientes corporativos e educacionais.

3.4 As telas interativas geralmente possuem instalado o sistema operacional Android com possibilidade de inclusão de módulos que possibilitam seu funcionamento como um verdadeiro microcomputador com processador, memória RAM, entrada HDD/SSD, placa de vídeo, placa de som, webcam integrada e compatibilidade de conexão com outros dispositivos externos, por exemplo - o que torna esse recurso muito mais adequado para aplicação em ambientes interativos do que os televisores comuns.

3.5 As barras de vídeo multifuncionais são uma solução do tipo all-in-one (tudo em um), esses equipamentos são a evolução das videoconferências e trazem todos os periféricos necessários, incluindo áudio, vídeo, cancelamento de eco, abafamento de ruído externo etc. Trata-se de solução muito utilizada em ambientes de videoconferência/webconferência e educação, de forma conjugada com softwares tais como Google Meeting, Microsoft Teams, Zoom e outras plataformas de Vídeo como Serviço (VaaS). Proporcionam alto nível de qualidade nas interações e simplicidade operacional – proporcionando uma experiência de uso próxima da experiência de uma interação presencial.

3.6 As barras de vídeo multifuncionais são adequadas para suportar utilização em ambientes de reunião de pequeno a grande porte, a depender de suas configurações e capacidades. Os ambientes de reunião do FNDE são, em sua maioria, espaços de pequeno a médio porte - podendo ser alocadas barras de vídeo de configuração simplificada, que apresentam ótimo custo x benefício e maior relação de durabilidade e usabilidade quando comparadas a webcams e microfones convencionais.

3.7 O suporte tipo pedestal tem a finalidade de servir como ponto de instalação física das telas interativas, permitindo maior segurança operacional e maior nível de mobilidade dentro dos ambientes de reuniões. É um item consideravelmente comum no mercado. Considerando o peso das telas, é altamente recomendável que o ajuste de altura seja do tipo elétrico, de modo a evitar esforço físico e emprego de ferramentas para sua operação.

3.8 Todos esses itens apresentam características de uso próprias para ambientes institucionais (corporativos e/ou educacionais), como maior qualidade construtiva, mais recursos e funcionalidades e maior garantia técnica - de modo que, com uma vida útil mais longa, haverá a redução da frequência de substituições e, conseqüentemente, os custos associados à instalação, treinamento e possíveis interrupções operacionais (menor impacto de substituições) atualmente observadas nos recursos de uso comum (televisores e webcams).

3.9 As especificações técnicas mínimas exigidas foram baseadas em padrões comuns de mercado, que podem ser atendidos por diversos fabricantes de forma não exclusiva, considerando tratar-se de itens com características de "bem comum", cuja classificação se fundamenta no fato de que é possível caracterizar e identificar claramente todos os componentes técnicos e tecnológicos que, em conjunto, constituem os equipamentos a serem ofertados - assim, de posse das especificações, é possível ofertar preços considerando itens que já se encontram disponíveis de forma padronizada no mercado atual. As especificações técnicas encontram-se detalhadas da seguinte forma:

3.9.1 Item 1 - Tela Digital Interativa 65 polegadas (Catmat 603082): ANEXO I;

3.9.2 Item 2 - Barra de Vídeo Multifuncional (Catmat 619778): ANEXO II; e

3.9.3 Item 3 - Suporte de chão tipo pedestal com ajuste elétrico de altura (Catmat 440646): ANEXO III.

3.10 A definição de quantitativos considera a necessidade de disponibilizar 01 (um) conjunto de itens para cada diretoria da estrutura do FNDE, totalizando 06 (seis) conjuntos de itens.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As especificações mínimas exigidas estão descritas da seguinte forma:

- a) ANEXO I: Tela Digital Interativa 65 polegadas (CATMAT 603082);
- b) ANEXO II: Barra de Vídeo Multifuncional para videoconferência (CATMAT 619778); e
- c) ANEXO III: Suporte de chão tipo pedestal com ajuste elétrica de altura (CATMAT 440646).

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Se aplicável ao objeto, o equipamento deve possuir Selo de Identificação da Conformidade para Bens de Informática em conformidade com a Portaria INMETRO n° 304, de 06/11/2023 (que substitui a Portaria INMETRO n° 170, de 10 de abril de 2012).

4.1.2. Os itens devem estar, obrigatoriamente, em conformidade com a diretiva RoHS – Restriction of Certain Hazardous Substances (via certificação ou declaração do fabricante) e/ou com certificação de Rotulagem Ambiental ABNT atestando não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada/permitida.

Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Não se aplica à contratação.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não se aplica à contratação.

Da exigência de amostra

4.4. Não haverá exigência de fornecimento de amostras.

4.5. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à comprovação dos requisitos mínimos exigidos e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não será exigida carta de solidariedade.

4.6.1 A não exigência de carta de solidariedade não exime o Fabricante da obrigação de prestação de assistência técnica durante a vigência da Garantia do produto.

Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da participação de consórcios e cooperativas

4.8. Considerando as características do fornecimento, essencialmente, em virtude da baixa complexidade e de tratar-se de bens comuns com ampla oferta no mercado, não será admitida a participação de consórcios e cooperativas.

Garantia da contratação

4.9. Considerando tratar-se de aquisição de pronto fornecimento, não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de, no máximo, 60 (sessenta) dias, contados do(a) emissão da NOTA DE EMPENHO, em remessa única. 5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, CNPJ 00.378.257/0001-81, DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, SETOR BANCÁRIO SUL, QUADRA 02, BLOCO F, EDIFÍCIO FNDE, 2º SUBSOLO, BRASÍLIA/DF, CEP 70070-929, TELEFONE (61)2022-5165.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. Os prazos de garantia contratual dos bens, complementares à garantia legal são de:

5.3.1. ITEM 1 (Tela Interativa): no mínimo 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

5.3.2. ITEM 2 (Barra de Vídeo): no mínimo 24 (vinte e quatro) meses ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto; e

5.3.3. ITEM 3 (Suporte Pedestal): no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto; e

5.4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua), permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua), o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua), para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua), determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua), em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor

6.9. O gestor do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do objeto contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, se houver, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução do objeto, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua).

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua).

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua);

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua), caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI-FGV (Índice de Custo de Tecnologia da Informação) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo (ou outro instrumento hábil que o substitua).

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133 /2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR VALOR GLOBAL.

Forma de fornecimento

8.4. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.5. Previamente à celebração do contrato (ou emissão de outro instrumento hábil que o substitua), a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.16. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.19. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.21. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.24. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.32. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.33. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.35. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples; e

8.36. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Qualificação Técnica

8.37. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.38. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, como parte da PROPOSTA DE PREÇOS.

8.39. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.39.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.39.1.1. Fornecimento de objeto compatível com a pretensão contratual, com volume de, no mínimo, 50% do quantitativo total pretendido exclusivamente para o item de maior relevância (Item 01 - Tela Interativa);

8.39.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.39.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.39.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 59.400,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)**, obtida através da **Pesquisa de Preços ComprasGov nº 189/2024** (SEI 4503851), conforme custos unitários apostos abaixo:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	603082	Tela Digital Interativa (Tela Interativa de Grande Formato - LIFD) 65 polegadas	06	R\$7.410,00	R\$44.460,00
2	619778	Barra de vídeo multifuncional (all-in-one)	06	R\$1.490,00	R\$8.940,00
3	355142	Suporte de Chão tipo Pedestal com ajuste elétrico de altura	06	R\$1.000,00	R\$6.000,00

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - DIRTl;

Fonte de Recursos: 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE DE TI

Programa de Trabalho: 12.122.2109.2000.0053

Elemento de Despesa: 44.90.52-35

Plano Interno: VFF62N0104N-TI

11. Obrigações das partes

11.1. São obrigações do CONTRATANTE, além daquelas previstas na legislação vigente:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) e no Termo de Referência;

11.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua);

11.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua), ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.8.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias; e

11.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua), bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. São obrigações do CONTRATADO, além daquelas previstas na legislação vigente:

11.2.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua) ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua), os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do fornecimento junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato (ou outro instrumento hábil que o substitua);

11.2.10. Comunicar ao Fiscal Técnica da área requisitante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto;

11.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato (*ou outro instrumento hábil que o substitua*), em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do fornecimento;

11.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; e

11.2.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12. Infrações e sanções administrativas

12.1 Comete **infração administrativa**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato (*ou outro instrumento hábil que o substitua*);

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato (*ou outro instrumento hábil que o substitua*) que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato (*ou outro instrumento hábil que o substitua*);

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato (*ou outro instrumento hábil que o substitua*);

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato (*ou outro instrumento hábil que o substitua*);

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato (*ou outro instrumento hábil que o substitua*), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Multa:

12.4.1. moratória de 0,25% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

12.4.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato (*ou outro instrumento hábil que o substitua*) por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.4.2. Para as demais infrações descritas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato (*ou outro instrumento hábil que o substitua*).

12.5. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.6. Todas as sanções previstas no Contrato (*ou outro instrumento hábil que o substitua*) poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

12.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo instrumento ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

BRASÍLIA/DF, 10 DE DEZEMBRO DE 2024.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GESSE RAMALHO DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/12/2024 às 15:24:52.

WILLIAM JOSE DA CONCEICAO MARQUES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/12/2024 às 15:03:27.

SABRINE DA SILVA ARAUJO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/12/2024 às 16:22:48.

Despacho: Aprovo o Termo de Referência, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 2021.

DELSON PEREIRA DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/12/2024 às 15:01:13.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO_I_ITEM-1_ESPECIFICACOES.pdf (88.69 KB)
- Anexo II - ANEXO_II_ITEM-2_ESPECIFICACOES.pdf (68.54 KB)
- Anexo III - ANEXO_III_ITEM-3_ESPECIFICACOES.pdf (76.86 KB)

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TELA INTERATIVA 65 POLEGADAS (ITEM 1)

Item 1: Tela Digital Interativa 65 polegadas (CATMAT 603082)		
CARACTERÍSTICAS GERAIS	01	Dispositivo tecnológico que permite interação direta com o conteúdo exibido, para aplicação em ambientes de sala de aula (uso educacional) com sistema operacional nativo e demais drivers instalados.
	02	Deve possuir tela widescreen com tamanho diagonal de, no mínimo, 65 polegadas (aceitos tamanhos superiores) – com resolução mínima 3840 x 2160 pixels UHD (Ultra-high Definition) a 60 Hz de frequência.
	03	A tela deve possuir tecnologia LCD, LED, LED-IPS, DLED, OLED, MiniLED, QLED ou equivalentes/superiores. Com brilho ajustável de, no mínimo, 250 cd/m ² .
	04	A tela deve ser do tipo touchscreen multitoque , com suporte a toque por dedo humano e caneta touch, com tecnologia de toque infravermelho (IDR) – compatível com operação do dispositivo, escrita e desenho digital, no mínimo (não aceitos acessórios adicionais que tornem telas comuns em touchscreen).
	05	O display deve possuir tempo de resposta de, no máximo, 10 m/s e suportar multitoques (mínimo 20 pontos de toque).
	06	O equipamento deve possuir sistema de áudio integrado (alto-falantes estéreo integrados), com potência mínima de 24W (2 vias, no mínimo).
	07	O equipamento deve possuir sistema operacional nativo instalado, no idioma Português do Brasil, aceito Android (versão 13 ou superior) ou nativo do fabricante, compatível com todas as funcionalidades da tela, navegação web e exibição/captação de áudio e vídeo – devendo ser compatível com a execução de dois sistemas operacionais, sendo o segundo S.O. executado via módulo OPS.
	08	O equipamento deve possuir armazenamento interno integrado de, no mínimo, 64 GB e memória RAM de, no mínimo 4 GB.
INTERFACES NATIVAS	09	USB: deve possuir, no mínimo, portas USB-A (x2) e USB-C (x1) – compatíveis com áudio, vídeo e energização.
	10	HDMI: deve possuir, no mínimo, portas HDMI (x2) – compatíveis com entrada e saída de áudio e vídeo.
	11	Deve possuir conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, no mínimo (nativo ou via módulo OPS).
	12	Deve possuir, no mínimo, 01 (um) slot OPS (Open Pluggable Specification) com porta de conexão totalmente compatível com a instalação de módulo OPS (a exemplo de porta OPS 80 pinos)
	13	Desejável possuir portas UBS-A, USB-C e HDMI com acesso frontal, para facilitar a conexão com dispositivos de apoio.

Item 1: Tela Digital Interativa 65 polegadas (CATMAT 603082)		
CONECTIVIDADE NATIVA	14	Deve possuir conectividade LAN IEEE 803.2 Gigabit Ethernet (10/100/1000) via conector RJ45, no mínimo (nativo ou via adaptador/OPS).
	15	Deve possuir conectividade WLAN IEEE 802.11ac dual banda (2,4 GHz e 5 GHz), ou superior, no mínimo (nativo ou via adaptador/OPS).
	16	Deve possuir conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, no mínimo (nativo ou via adaptador/OPS).
SOFTWARES E APLICATIVOS	17	Deve possuir loja de aplicativos nativa do fabricante ou, preferencialmente, do sistema operacional (Android Apps / Google Play) e possuir navegador web nativo ou via aplicativo pré-instalado.
	18	Deve possuir funcionalidade de compartilhamento e espelhamento de tela bidirecional, implementada de forma nativa ou via aplicativo pré-instalado, sem necessidade de uso de cabos.
	19	Deve possuir software de escrita e desenho (<i>whiteboard</i>), implementado de forma nativa ou via aplicativos pré-instalados.
	20	Deve possuir software de desenho digital e manipulação de imagens, implementado de forma nativa ou via aplicativos pré-instalados.
	21	Deve ser compatível com instalação de acessórios plug-and-play (a exemplo de webcam) e com instalação de aplicativos de webconferência (a exemplo de Microsoft Teams, Google Meetings, Zoom, etc) disponíveis para seu sistema operacional.
ENERGIA	22	O equipamento deve ser compatível com alimentação 100-240 VAC ($\pm 10\%$), 50/60 Hz (bivolt automático), com fonte integrada e cabo de força padrão INMETRO, compatível com fornecimento de energia para a tela, para o OPS e para os acessórios do conjunto (webcam e microfone)
ACESSÓRIOS COMUNS	23	Deve ser entregue acompanhada de todos os cabos e acessórios básicos necessários à sua instalação e pleno funcionamento.
	24	Deve ser entregue com, no mínimo, 2 (duas) canetas <i>touch</i> compatíveis com a tela interativa.
	25	Desejável possuir controle remoto para operação das funções essenciais da tela (liga/desliga, volume etc.).
CERTIFICAÇÕES	26	Todos os componentes de telecomunicação ofertados (incluindo ancilares, auxiliares e correlatos), tais como as soluções Wi-Fi e Bluetooth, devem possuir, na data da entrega da proposta, certificado de homologação válido junto à ANATEL, conforme a Resolução nº 715 de 23 de outubro de 2019.
	27	Se aplicável ao objeto, o equipamento deve possuir Selo de Identificação da Conformidade para Bens de Informática em conformidade com a Portaria INMETRO nº 304, de 06/11/2023

Item 1: Tela Digital Interativa 65 polegadas (CATMAT 603082)		
		(que substitui a Portaria INMETRO nº 170, de 10 de abril de 2012).
	28	Os dispositivos devem estar, obrigatoriamente, em conformidade com a diretiva RoHS – Restriction of Certain Hazardous Substances (via certificação ou declaração do fabricante) e/ou com certificação de Rotulagem Ambiental ABNT atestando não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada/permitida.
	29	Todos os dispositivos a serem entregues deverão novos, de primeiro uso, e idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos devem ser dos mesmos modelos/marcas e configurações constantes na proposta comercial e utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e homologação.
GARANTIA	30	O equipamento deverá possuir Garantia Técnica de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses – incluindo serviço de assistência técnica com cobertura no local de entrega e uso dos equipamentos.

ANEXO II - BARRA DE VÍDEO MULTIFUNCIONAL (ITEM 2)

Item 2: Barra de Vídeo Multifuncional para videoconferência (CATMAT 619778)			
CARACTERÍSTICAS GERAIS	01	Caracterização do acessório:	Barra de vídeo multifuncional para uso corporativo pessoal e pequenas salas, adequada para aplicação em ambientes multimídia e webconferências, tipo all-in-one (câmera digital, microfones e alto-falantes integrados em um mesmo device) com conectividade plug-and-play (sem necessidade de softwares adicionais para instalação).
RESOLUÇÃO	02	Resoluções suportadas:	Deve possuir câmera de vídeo integrada compatível com as resoluções 2160p (4K-UHD), 1080p (FHD), 720p (HD) a 30 fps (vídeo frame rate) – no mínimo (aceitas configurações superiores).
PADRÕES DE VÍDEO	03	Padrões de vídeo:	A webcam deve possuir padrão de captura/transmissão de vídeo totalmente compatível com aplicativos comuns de webconferência, no mínimo.
FOCO E ZOOM	04	Capacidade de foco e zoom:	Deve possuir função autofoco (foco automático), zoom digital de 4x (automático) e sensor de luz adaptável, no mínimo (aceitas configurações/tecnologias equivalentes e/ou superiores).
LENTES E CAMPO DE VISÃO	05	Tipo de Lente e Campo de Visão:	Deve possuir lente com campo de visão diagonal (CDV) de 90° (graus), no mínimo (aceitas configurações/tecnologias equivalentes e/ou superiores).
ÁUDIO	05	Áudio e microfone:	Deve possuir, no mínimo, microfone integrado (multidirecional ou omnidirecional), com redução automática de ruídos e eco, filtro de ruídos inteligente – aceitas configurações/tecnologias equivalentes e/ou superiores)
	06	Alcance de captação de áudio:	Os microfones devem possuir capacidade de alcance compatível com uso pessoal e pequenas salas de reunião (sem barreiras físicas) – podendo ser atendido com oferta de microfone adicional expansivo sem-fio.
	07	Auto-falante(s)	Deve possuir auto-falante(s) integrado(s) para reprodução de áudio das reuniões.
COMPATIBILIDADE	07	Compatibilidade com Sistemas Operacionais:	Deve ser integralmente compatível com o sistema operacional da Tela Interativa descrita no ITEM 1, no mínimo e/ou com

Item 2: Barra de Vídeo Multifuncional para videoconferência (CATMAT 619778)			
			sistemas operacionais Android (13 ou superior) e Windows (10 ou superior).
	08	Compatibilidade com Softwares de terceiros:	Deve ser compatível com utilização em softwares de terceiros – incluindo as principais plataformas de webconferência, via sistema operacional da Tela e/ou pc/notebook (desejável possuir certificação de compatibilidade com Microsoft Teams).
CONECTIVIDADE	09	Conectividade:	Deve possuir conectividade nativa com a Tela Interativa e/ou interface de conexão tipo USB-A e/ou USB-C (Plug-and-play) para conexão à Tela e/ou ao Módulo OPS, no mínimo – no caso do fornecimento de acessório sobressalente.
ACESSÓRIOS	10	Acessórios de fixação:	Deve possuir clipe universal para fixação em telas LCD/LED ou outro tipo de suporte compatível com fixação em monitor/tela.
	11	Acessórios de conexão	Deve possuir todos os cabos necessários à instalação e funcionamento, incluindo cabo USB para conexão à dispositivos (tela/pc/notebook).
	12	Energia e alimentação	Alimentação interna ou externa, via cabo USB ou Adaptador AC (deve ser fornecido adaptador e cabo(s) de alimentação)
Garantia	13	Garantia e assistência técnica:	O equipamento deverá possuir Garantia Técnica de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses – incluindo serviço de assistência técnica com cobertura no local de entrega e uso dos equipamentos.

ANEXO III - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: SUPORTE DE CHÃO TIPO PEDESTAL (ITEM 3)

Item 3: Suporte de chão tipo pedestal com ajuste elétrica de altura (CATMAT 440646)			
CARACTERÍSTICAS GERAIS	01	Descrição	Suporte de chão tipo pedestal para instalação de tela interativa, com rodízios para movimentação sobre áreas planas, confeccionado em material de alta resistência e durabilidade.
	02	Compatibilidade com a Tela Interativa	Deve ser totalmente compatível com a Tela Interativa especificada no ITEM 1 (Tela Interativa 65” ou superior) – em termos de estrutura, furação e capacidade de peso, no mínimo.
	03	Compatibilidade VESA	Deve ser compatível com padrão de fixação VESA (<i>Video Electronics Standards Association</i>) com 4 (quatro) pontos de fixação compatíveis com a furação da tela interativa ofertada, no mínimo.
	04	Bandejas	Deve possuir, no mínimo, 1 (uma) bandeja/suporte inferior de apoio com capacidade para suportar <i>notebook</i> ou <i>desktop</i> .
	05	Regulagens	Deve possuir, no mínimo, regulagem de altura da tela de modo elétrico (preferencialmente com controle remoto).
	06	Mobilidade	Deve possuir rodízios para movimentação sobre superfícies planas. Os rodízios devem possuir trava/freio para segurança do suporte.
	07	Capacidade de carga	Deve suportar o peso da tela interativa especificada no KIT, no mínimo. A estrutura do suporte deve possibilitar a distribuição segura do peso de modo a manter sua estabilidade.
	08	Segurança	Deve possuir rodízios com trava/freio e solução para organização de cabos dos equipamentos instalados (a exemplo de passa-fio interno ou externo).
	09	Acessórios	Deve vir acompanhado de todos os acessórios necessários a instalação (parafusos, rodízios etc.).
	10	Conformidade	Se aplicável ao objeto, o equipamento deve possuir Selo de Identificação da Conformidade para Bens de Informática em conformidade com a Portaria INMETRO nº 304, de 06/11/2023 (que substitui a Portaria INMETRO nº 170, de 10 de abril de 2012).

Item 3: Suporte de chão tipo pedestal com ajuste elétrica de altura (CATMAT 440646)			
	11	Substâncias perigosas	Os dispositivos devem estar, obrigatoriamente, em conformidade com a diretiva RoHS – <i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i> (via certificação ou declaração do fabricante) e/ou com certificação de Rotulagem Ambiental ABNT atestando não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada/permitida.
	12	Garantia:	O suporte deve possuir garantia contra defeitos de fabricação pelo período mínimo de 12 (doze) meses – considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 8.078, de 1990.